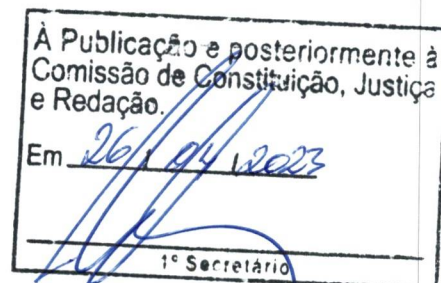




**Estado do Tocantins
Poder Legislativo**

PROJETO DE LEI Nº 168/2023



Propõe-se a alteração dos artigos 33º e 61º da Lei Estadual nº 2.575 de 20 de abril 2012, a fim de estabelecer critérios objetivos para as promoções de Policiais Militares no Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º. As alíneas “a”, “b”, “c” do inciso II, do art. 33º da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33º Não se inclui em qualquer QA, e dele se exclui, o Policial Militar:

II – que estiver:

- a) condenado a pena restritiva de liberdade, por sentença transitada em julgado, por crime infamante por fato considerado infamante ou lesivo à sociedade, não podendo ser feita a classificação de qualquer crime como infamante, mas apenas os de grande clamor social e que estejam previstos na Lei Federal Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a critério da comissão de promoção a respectiva classificação dentro deste rol;*
- b) condenado com trânsito em julgado por procedimento administrativo ou judicial para declaração de indignidade de permanência na Corporação, pela perda do Posto ou Graduação;*
- c) em cumprimento de pena restritiva de liberdade, não disciplinar;”*

Art. 2º. O inciso VII, do art. 33º da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33º Não se inclui em qualquer QA, e dele se exclui, o Policial Militar:

pro



Estado do Tocantins
Poder Legislativo

“VII – condenado definitivamente por crime doloso, enquanto durar o cumprimento da pena;”

Art. 3º. O inciso III, do art. 61º da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. Cabe ressarcimento da preterição ao Policial Militar que tenha reconhecido o direito à promoção, quando:

III – absolvido, impronunciado, absolvido sumariamente, tenha feito transação penal ou suspensão condicional no processo a que responda;”

Art. 4º. Esta Lei retroage seus efeitos para fins de direito de promoção aos militares que por ventura tenham ficado de fora dos quadros de acesso à promoção da Polícia Militar realizada em 21 de abril de 2023 devido à ausência anterior dos critérios objetivos elencados no artigo 1º (primeiro) desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei propõe a alteração dos artigos 33º e 61º da Lei Estadual nº 2.575 de 20 de abril de 2012, a fim de estabelecer critérios para as promoções de prisões militares no Estado do Tocantins. A proposta de alteração visa assegurar maior isonomia no julgamento da vítima do policial militar para a promoção, bem como evitar problemas para os detidos e para a instituição, que busca assegurar a qualidade e eficiência de seus quadros.

O artigo 1º propõe a alteração das alíneas “a”, “b”, “c” do inciso II, do art. 33º da Lei nº 2.575/2012, a fim de deixar claro que não serão condenados os presos que foram condenados a pena restritiva de liberdade por sentença transitada em julgado por crime infamante ou lesivo à sociedade, bem como os condenados com trânsito em julgado por processado administrativo ou judicial para declaração de indignidade de permanência na Corporação, pela perda do Posto ou Graduação, e os que estejam em cumprimento de pena restritiva de liberdade, não disciplinar.

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente de um representante do Poder Legislativo do Estado do Tocantins.



Estado do Tocantins
Poder Legislativo


O artigo 2º propõe a alteração do inciso VII, do art. 33º da Lei nº 2.575/2012, para deixar claro que não serão promovidos os condenados definitivamente por crime doloso, enquanto durar o cumprimento da pena.

O artigo 3º propõe a alteração do inciso III, do art. 61º da Lei nº 2.575/2012, para estabelecer que o policial militar que tenha reconhecido o direito à promoção e tenha sido absolvido, improvisado, absolvido sumariamente, tenha feito transação penal ou suspensão condicional no processo a que responder, terá direito ao ressarcimento da preterição.

O artigo 4º estabelece que esta lei retroage seus efeitos para fins de direito de promoção aos militares que por ventura tenham tido de fora dos quadros de acesso à promoção da Polícia Militar realizada em 21 de abril de 2023 devido à ausência anterior dos objetivos elencados no artigo 1º desta lei.

Por fim, o artigo 5º estabelece que esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. A proposta visa garantir a justiça nas promoções e evitar situações que possam gerar dúvidas ou desconfiças quanto à capacidade ou idoneidade dos policiais que integram a corporação.

Sala de Sessões, 10 de abril de 2023.


MOISEMAR MARINHO
Deputado Estadual

[Imprimir](#)

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **Pe903ddc26ccff5e2c8b9955e8bc3960eK8596**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **MOISEMAR MARINHO**

Enviada por: **MOISEMAR ALVES MARINHO**
(dep.moisemar.marinho)

Descrição: **Propõe-se a alteração dos artigos 33º e 61º da Lei Estadual nº 2.575 de 20 de abril 2012, a fim de estabelecer critérios objetivos para as promoções de Policiais Militares no Estado do Tocantins.**

Data de Envio: **18/04/2023 10:29:32**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

MOISEMAR MARINHO

